

## BRAUDEL: EM BUSCA DO TEMPO PERDIDO

Carlos Guilherme Motta

Sai em português, finalmente, a obra clássica de Fernand Paul Braudel, **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II** ( 2 vols., Editora Martins Fontes Ltda. ), por certo o acontecimento mais importante de 1983 no campo da tradução para a língua portuguesa. Após a 1ª edição francesa, em 1949, a obra já foi traduzida para o italiano ( 1953 ), o espanhol ( 1953 ) e o inglês ( 1972 ), provocando o enorme impacto que dividiria a historiografia contemporânea em **antes** e **depois** de Braudel.

Com efeito, o historiador francês, discípulo de Lucien Febvre e Marc Bloch, consolidaria a escola formada em torno da revista **Annales**, constituindo-se no mais ativo interlocutor das ciências históricas com as outras disciplinas do tempo. Braudel levou à prática uma série de propostas, críticas e intuições de Febvre, seu mestre e autor de **Combats pour l'Histoire**, sem dúvida a figura maior da historiografia francesa deste século.

Embora muito tardia, a iniciativa dessa aguardada tradução — efetuada a partir da 4ª edição francesa de 1979, revista e ampliada — coube a Publicações D. Quixote, associada à Livraria Martins Fontes, contando ainda com apoio do Ministério de Cultura da França. Curiosamente, a venda é interdita em Portugal, não constando ainda o nome do tradutor português. Coisas do mundo luso-brasileiro. Mas o público visado, basicamente brasileiro, já conhece o historiador — provavelmente o mais citado da historiografia francesa entre nós —, visto já ter lecionado na então recém-fundada Universidade de São Paulo, nas famosas missões francesas, juntamente com Lévi-Strauss e outros. Foi após aquela experiência nos “tristes trópicos” que Braudel se tornou célebre, não mais retornando ao Brasil. Alegando razões políticas após 1964, recusaria inúmeros convites de colegas do Brasil, “um estranho país”, onde “o governo às vezes não é grande coisa, as instituições são o que se sabe...” Paradoxalmente, entre seus alunos e admiradores no Brasil, citam-se figuras ligadas ao regime de 1964, como o marechal Castelo Branco e o general Golbery do Couto e Silva.

A tradução da obra maior de Braudel — historiador de poucos mas inovadores livros e de artigos e ensaios fulgurantes — impõe uma retomada de suas idéias-diretrizes, que obrigaram o pensamento historiográfico

contemporâneo a um redimensionamento radical nos anos de 40 e 50. Com efeito, a nova visão interdisciplinar de Braudel contrapunha-se aos tradicionais estudos da história dos “fatos”, escrupulosamente levantados a partir de documentos “fidedignos”, narrados numa sucessão linear; era a chamada história historizante e positiva, mas que operava apenas na superfície dos acontecimentos. Contrapunha-se também às interpretações macroestruturais, tanto capitalistas quanto marxistas, em que as “bases econômicas” eram estudadas obsessivamente, tudo o mais constituindo decorrência delas; recorde-se que o pensamento marxista, que desvendara a problemática dos diversos níveis de historicidade dos fenômenos econômico-sociais, no século XIX, refluíra nos anos 30-50 para o uso dogmático de esquemas de interpretação mecanicista, com suas lineares visões de “etapas” históricas a serem cumpridas necessariamente, além da rígida dicotomia supra-estrutura/infra-estrutura explicando “tudo”. A nova visão de Braudel contrapunha-se, ainda, às grandes interpretações da vida das civilizações — tão em voga naquela época — de que Spengler e Toynbee eram representantes máximos ( “duas concepções oportunistas de História”, dizia Febvre... ). A obra mestra de Braudel é uma expressão do período de entre-guerras. Em 1939, já estavam definidas as linhas gerais de seu pensamento, que se condensariam na tese defendida na Sorbonne em 1947 e no livro publicado em 1949.

É curiosa a biografia desse livro, clássico desde logo. Embora o tema inicial tenha sido a política mediterrânica de Felipe II, pesquisa iniciada em 1923, Braudel logo se deu conta da limitada abrangência da tradicional história diplomática. Tratar-se-ia apenas de uma história centrada na definição das responsabilidades da equipe de governo do Rei Prudente, de sua política em relação ao papel mundial da Espanha nos fins do século XVI e primeira metade do XVII. O discípulo de Febvre logo se deu conta de que tal abordagem desprezava, “em grande medida, os dados da organização social, da religião e também das letras e das artes ( grandes testemunhas da história verdadeiramente válida ), e que, entrincheirada em seus preconceitos, recusava qualquer olhar que se estendesse para além dos gabinetes e abrangesse a vida real, fecunda e densa” ( p. 24 ). E que no fim do século XVII, a Espanha, espalhada por meio mundo e ameaçada em sua própria existência, vê-se obrigada a cuidar de sua política atlântica. O “jogo subterâneo” das forças que impulsionavam a política de um Felipe II ou de um D. João da Áustria passava a ser então o projeto primordial da pesquisa, em detrimento dos próprios atores. Felipe II perdia importância, em benefício do tema maior. Nada menos que um mar.

Essa viragem na focalização do tema, Braudel aprendeu-a com Febvre, o autor de *L'Incroyance au XVIe. siècle. La Religion de Rabelais*. Para Febvre não se tratava apenas de estudar minuciosamente o comportamento de François Rabelais, para saber se era ele crente ou incrêuo; o

problema, para o pai dos **Annales**, era investigar até que ponto alguém poderia não ser religioso no século XVI, de alguma forma. Do mesmo modo Braudel mudou o título ( e o enfoque ) inicial de sua tese **Felipe II e o Mediterrâneo** para o atual. Sugestão de seu orientador Febvre.

Nessa maneira de inverter a proposta de investigação, operava-se uma importante viragem na própria concepção contemporânea da História. A **maneira nova de perguntar** — traço forte da escola dos **Annales** — , o que de fato sustentava e em que cenário atuava um personagem como Felipe II levou Braudel à consideração de que o Mediterrâneo — o Mar Interior — não era apenas um pano de fundo, como a historiografia até então o tratara. “O Mediterrâneo teve uma história própria, cumprindo seu destino através de uma vida plena e vigorosa” ( p. 24 ). Na verdade não é um mar, mas um conjunto de mares, um “falso-belo tema”, ainda para citar seu desafiante professor Febvre. E, sobretudo, demonstra-o Braudel, é falsa a velha tese de que o Mediterrâneo estava em decadência ao iniciar-se o chamado período moderno. Bem ao contrário. Em qualquer hipótese, ficava derrubado um mito historiográfico: já não um homem, um regime ou um grupo social eram o tema escolhido, mas um **mar**. Um mar em toda a sua complexa e densa historicidade.

Nessa viragem, Braudel descobre a fecunda problemática dos tempos históricos, ou melhor, das diversas historicidades que o assunto do Mar Mediterrâneo lhe permitiu descobrir. Assim é que, decompondo a história em planos superpostos, distingue ele um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual. É bem verdade que tais “tempos” não podem ser isolados, e que a obra, dividida em três partes, pressupõe a articulação entre esses três níveis de historicidade. Mais instigante como exercício de historiador, é que cada parte constitui uma unidade em si mesma, e a partir de cada uma Braudel ensaia uma interpretação de conjunto.

Na primeira parte, uma história lentíssima é considerada. Uma história “quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feita de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados”. Braudel também aí inova, pois reage às famosas descrições geográficas introdutórias dos livros de História, sempre abandonadas depois. Não se trata disso. Propõe, ao contrário, essa história “quase fora do tempo”, de relação com as coisas inanimadas. Esse tempo lentíssimo do Mediterrâneo é descoberto: sobreposto a ele, a vida de **um Felipe II** dura uma fração quase desprezível. Ou a batalha de Lepanto — um dos pontos máximos do livro, em matéria de **descrição** — se reduz a episódio quase fugaz, considerada a nova medida braudeliiana.

Na segunda parte, a história social, a “história dos grupos e agrupamentos”. Trata-se de uma história de ritmo lento, mas não pratica-

mente imóvel como a primeira. Nesse passo, Braudel analisa as economias, as formas políticas, as sociedades e civilizações, mostrando as “vagas de fundo” que regem a vida do Mediterrâneo. E explica como se dão as guerras, como expressão dessas “forças profundas” das sociedades. Caem por terra ( e por mar ) as velhas concepções de história-batalha, relativizam-se as explicações baseadas nas ações individuais na História.

Na terceira parte, a história tradicional. Ressurge, mas em nova dimensão, a história “*événementielle*”, a história dos acontecimentos. Trata-se da história de superfície, de “oscilações breves, rápidas, nervosas”. Uma história ultra-sensível, a história tal como foi descrita e vivida pelos contemporâneos, agentes que tiveram vidas “breves como a nossa”. “No século XVI, à verdadeira Renascença seguir-se-á a Renascença dos pobres, dos humildes, que se dedicam a escrever, a contar-se, a falar dos outros”. Dessa história “ainda quente”, Braudel dirá que os historiadores que leiam “os papéis de Felipe II encontrarão um mundo bizarro, como que deslocado do seu tempo e lugar próprios, um mundo de paixões vivas, irrefletido, agitado, hostil a uma análise serena e profunda” ( p. 26 ). Mas seu conteúdo se desvenda se forem detectadas as forças subjacentes e silenciosas, “cujo sentido só se revela se trabalharmos com dilatados períodos de tempo”. Nessa perspectiva, a política dos Hasbsburgos; os Estados como empresários; as guerras e epidemias ( a peste como “estrutura” do século, p. 370 ); as possibilidades de comparações com outras épocas ( “só o Mediterrâneo do século XVI corresponde, *mutatis mutandis*, ao mundo inteiro de 1939”, p. 417 ) e extrapolações que incluem as experiências de Aldous Huxley; o estudo das fartas memórias de comerciantes etc.; tudo isso só se esclarece se considerados esses níveis de diferentes historicidades. Historicidades que definem “patamares” diferentes, superpostos, interrelacionados, com tempos variáveis de **duração**.

**Duração** ( *durée* ), eis a palavra-chave da teorização com que Braudel abriu novas sendas na historiografia do século XX. As discussões sobre a longa ( “*longue durée*” ), a média e a curta durações constituem a proposta mais rica que o consolidador das escola dos **Annales** nos legou. Raros foram os pesquisadores do pós-guerra, críticos, que direta ou indiretamente não seguiram suas pistas e intuições. Raramente o fizeram, é bem verdade, com a abrangência e o espírito interdisciplinar que se encontra em **O Mediterrâneo**. Até mesmo os cultivadores da história das mentalidades aprofundaram certas formulações suas, segundo as quais “os quadros mentais são prisões de longa duração”, ou seja, por vezes um sistema econômico pode mudar, mas não mudam de imediato certos valores e hábitos mentais.

Mais recentemente, críticas têm sido feitas ao historiador. A começar pela noção de capitalismo que subjaz em sua obra. Mas tudo isso talvez desapareça na “*longue durée*”, em face da importância ineludível

desse historiador instigante que se perguntava, logo após a II Guerra, se podia existir “um humanismo atual sem uma história ambiciosa, consciente de seus deveres e dos seus imensos poderes”. E Braudel ( hoje com sólidos 82 anos ) engatilhava a resposta, citando a advertência de Edmond Faral, válida ainda para os aprendizes de historiador que se perdem em questiúnculas metodológicas de província: “Foi o medo da grande história que matou a grande história”.

( De **Cultura**, supl. de “O Estado de S. Paulo”, nº 194, de 26-2-1984 )

(\*) **Nota de Redação.** Fernand Braudel, ainda nos seus “sólidos 82 anos” quando este artigo foi publicado, veio a falecer menos de dois anos depois, aos 28 de novembro de 1985. Da triste ocorrência, que representou irreparável perda para a historiografia contemporânea, esta publicação ocupou-se em seu nº 120, out./dez. de 1986.